



MR 024. Riscos, impasses e possibilidades do fazer antropológico em tempos sombrios

Guilherme Rodrigues Passamani (UFMS) - Coordenador/a, Jurema Gorski Brites (Universidade Federal de Santa Maria) - Debatedor/a, Sandro José da Silva (UFES) - Participante, Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho (Museu Nacional - PPGAS) - Participante, Sônia Weidner Maluf (PPGAS/UFSC) - Participante

A história da Antropologia é marcada pelo comprometimento da disciplina com causas diversas. Algumas bastante controversas. No caso da Antropologia brasileira, algumas muito salutares. Essa MR propõe debater, a partir dos acontecimentos que marcaram o Brasil em 2016, um pouco dessa movimentação de aparente retrocesso e novidades incômodas. A partir de trajetórias acadêmicas que se encontram em diferentes momentos, destacaremos como a história na Antropologia no Brasil é tecida por meio de um fazer científico comprometido com as populações estudadas e, em geral, em situações de risco político, de apagamento e de vulnerabilidades inúmeras. Há situações sintomáticas do perigo representado pela Antropologia no país ao se colocar ao lado daqueles que, embora compondo a maioria demográfica no campo e na cidade, ainda representam um enorme contingente de minorias sociais sujeitas a ausências de todos os âmbitos. Essa MR, então, refletir sobre a antropologia política do golpe, as fronteiras agrárias e religiosas hoje, as transformações nas relações com o trabalho doméstico, a partir de questões étnico-raciais e de gênero, que algumas vezes, com novas roupagens, tentam desconstruir esse saber acumulado ao longo de mais de um século de Antropologia no Brasil.

A Antropologia, as antinomias do real e a postura e instrumental para enfrentar (novos) tempos sombrios ou eventualmente claro-escuros

Autoria: Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho

Os antropólogos, tal como o conjunto da sociedade brasileira, não podemos deixar de estar perturbados com a situação do país. Mas as perturbações não são necessariamente do mesmo tipo, nem conduzem necessariamente ao imobilismo. Creio que entre os antropólogos cabe uma reflexão coletiva - que em parte é uma rememoração - para enfrentarmos os atuais riscos, impasses e possibilidades. A rememoração parece necessária entre outros motivos para reafirmar uma postura hoje consolidada na nossa disciplina; qual seja a recusa a uma perspectiva evolucionista, esta sim, em tais tempos sombrios podendo levar à perplexidade. Também parece fundamental esta rememoração para recordar as categorias que desenvolvemos em tempos anteriores e avaliar o seu potencial hoje, bem como para prosseguir nosso esforço teórico e refletir sobre as condições de work de então vistas a partir do nosso presente.

Antropologia política do golpe: etnografias da vida em tempos de políticas da morte

Autoria: Sônia Weidner Maluf

São vários os desafios que o golpe de 2016 traz para a antropologia brasileira. A antropologia acontece na história, e o conhecimento antropológico não é imune aos acontecimentos. Proponho pensar esses desafios em dois aspectos. O primeiro mobiliza questões teóricas, conceituais, éticas e políticas, reconhecendo que as populações, comunidades e sujeitos com quem pesquisamos vivem uma situação de vulnerabilização e precarização de suas condições de vida e possibilidades de reconhecimento e autodeterminação. O segundo aspecto é o de constituir um programa etnográfico visando, de um lado, cartografar os impactos causados pelo abandono das políticas sociais e pelo avanço das políticas da morte; e, de outro, entender as novas



configurações do campo político brasileiro, o aparecimento de atores políticos que combinam uma pauta reacionária, ultra neoliberal de Estado mínimo e métodos fascistas.

Quando as bruxas somos nós: A CPI como problema antropológico

Autoria: Sandro José da Silva

Em 1999, sob a acusação de que a Fundação Nacional do Índio ?demarka imensas áreas indígenas sem qualquer critério confiável? a ?CPI da FUNAI? questionou os direitos indígenas. Em maio de 2017 a ?CPI da FUNAI e do INCRA? concluiu que indígenas e quilombolas são levados a ?defender o bem como ferramenta para praticar o mal? e pediu o indiciamento de índios, antropólogos, integrantes da igreja Católica, procuradores federais, servidores da FUNAI e do INCRA. A comunicação sugere a CPI como uma modalidade híbrida de controle constitucional-moral de direitos étnicos e da atuação de antropólogos pela ótica inquisitorial brasileira.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**